

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.477 - PR (2019/0292902-8)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : CLEVERSON LEANDRO ORTEGA**  
**ADVOGADO : CLEVERSON LEANDRO ORTEGA - PR043249**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**PACIENTE : ANGELICA ASTRESSE FERREIRA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ANGÉLICA ASTRESSE FERREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná proferido na Apelação Criminal n.º 0017983-71.2018.8.16.0030.

Consta dos autos que a Paciente foi condenada, em primeira instância, juntamente com corré, pela prática da conduta tipificada no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, às penas de 4 (quatro) anos, 10 (dez) meses e 10 (dez) dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 483 (quatrocentos e oitenta e três) dias-multa, por transportarem, sem autorização e em desacordo com determinação legal, "*cerca de 7 kg de 'haxixe'*" (fl. 43).

Inconformados, a Sentenciada e o Ministério Público apelaram, tendo o Tribunal de origem dado parcial provimento ao recurso do *Parquet* e negado provimento ao recurso defensivo; de ofício, alterou o patamar de diminuição da pena referente à atenuante, resultando suas penas em 4 (quatro) anos, 10 (dez) meses e 10 (dez) dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 487 (quatrocentos e oitenta e sete) dias-multa, mantendo-se, no mais, a sentença condenatória.

Neste *writ*, alega a Parte Impetrante, em suma, ausência de fundamentação idônea para a fixação do regime inicial fechado.

Aduz, para tanto que, além de possuir um filho de 2 (dois) anos, "[o] fumus boni iuris *acha-se consubstanciado no próprio decreto condenatório, vez que fixou a pena em regime fechado, quando a legislação determina seja fixado regime semiaberto, levando em consideração a primariedade, os antecedentes e a concessão de diminuição especial de pena. A breve leitura das razões de decidir da autoridade coatora revela que a manutenção do regime prisional mas grave do que deveria, não possui nenhum fundamento legal*" (fl. 12).

# Superior Tribunal de Justiça

Requer, liminarmente e no mérito, o estabelecimento do regime prisional semiaberto.

É o relatório inicial. Passo a decidir o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, pois a Corte de origem, ao fixar o regime inicial para o cumprimento da reprimenda, consignou o seguinte (fl. 33; grifos no original):

*"Na denúncia aditada consta a prática da seguinte conduta delituosa (ref.mov. 31.1):*

'Efetuada uma revista pessoal nas denunciadas MARINA RODRIGUES DA SILVA e ANGÉLICA ASTRESSE FERREIRA, os agentes públicos localizaram e apreenderam 06 (seis) invólucros contendo a substância entorpecente vulgarmente conhecida vulgarmente por 'haxixe', pesando aproximadamente 3.040 kg (três quilos e quarenta gramas), presos ao corpo da denunciada MARINA RODRIGUES DA SILVA, bem como 06 (seis) invólucros da mesma substância, pesando aproximadamente 3.060 kg (três quilos e sessenta gramas), presos ao corpo da denunciada ANGÉLICA ASTRESSE FERREIRA, cf. Auto de Apresentação e Apreensão constante na pag. 09/CD-ROM e Laudo de Constatação Provisória de Droga constante na pag. 10/CD-ROM (movs. 6.7 e 6.8).

A substância apreendida, por ser capaz de causar dependência física e psíquica, encontra-se proscriita do país por força da Portaria n.º 344/99 do DIMED, órgão do Ministério da Saúde.

Em sede extrajudicial, as denunciadas MARINA RODRIGUES DA SILVA e ANGÉLICA ASTRESSE FERREIRA confessaram que receberiam a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para levar o entorpecente até a cidade do Rio de Janeiro/RJ (cf. Termos de Interrogatório constantes nas págs. 06/09-CD/ROM, movs. 6.5 e 6.6).

Assim, pela circunstância da prisão (no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu), pela forma em que estava acondicionada a droga (em 'invólucros' presos aos corpos das denunciadas), pela quantidade e qualidade da droga (total de 7 kg de 'haxixe'), bem como pela confissão extrajudicial, percebe-se que a substância entorpecente apreendida, que estava sendo

# *Superior Tribunal de Justiça*

transportada conjuntamente pelas denunciadas MARINA RODRIGUES DA SILVA e ANGÉLICA ASTRESSE FERREIRA, com consciência e vontade, seria destinada ao tráfico em outra unidade da Federação.'

[...]

***O regime fechado deve ser mantido, diante da existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis o regime fechado deve ser mantido (circunstâncias do crime e quantidade de droga), consoante disposição do artigo 33, § 3º, do Código Penal.***

*Neste interim, destaque-se que os parâmetros produzidos pelo art. 33, §2º, b e c, do Código Penal, são apenas referenciais e não conduzem à obrigatória imposição de qualquer dos regimes definidos pela avaliação tão somente do quantum de pena cominado."*

Com efeito, "[n]o tocante à fixação de regime inicial de cumprimento de pena menos gravoso, é assente a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça no sentido de admitir que, em se tratando de tráfico de entorpecentes, a quantidade e qualidade da droga apreendida sejam utilizadas como fundamento para a fixação do regime mais gravoso que o previsto para o quantum de pena aplicado. Precedentes" (AgRg no AREsp 1.423.931/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 09/04/2019, DJe 06/05/2019).

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente exame perfunctório e singular.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que deverão vir acompanhadas da senha para obter acesso aos andamentos processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora